



MAGNUM MIRACULUM EST HOMO


**JOSÉ VITORINO DE PINA MARTINS
E O HUMANISMO**

COORDENAÇÃO

**MARIA DAS GRAÇAS MOREIRA DE SÁ
ISABEL ALMEIDA
CRISTINA SOBRAL**



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA
2008



Ficha técnica

Título

MAGNUM MIRACULUM EST HOMO
José Vitorino de Pina Martins e o Humanismo

Coordenação

MARIA DAS GRAÇAS MOREIRA DE SÁ
ISABEL ALMEIDA
CRISTINA SOBRAL

Organização

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISBN

978-972-96530-9-4

Depósito Legal

278819/08

Data de publicação

Julho de 2008

Tiragem

250 exemplares

Execução Gráfica

BARBOSA & XAVIER, LDA. - Artes Gráficas
Rua Gabriel Pereira de Castro, 31-A e C
Tel. 253 618 263 / 253 263 063 • Fax 253 615 230
e-mail: barbosa.xavier@sapo.pt
4700-285 BRAGA

A CRENÇA DO FILÓLOGO: PINA MARTINS E A HISTÓRIA DE MENINA E MOÇA

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES
Universidade de Coimbra

Ao contrário do que vem sucedendo noutros países, pouco se tem publicado, entre nós, sobre a chamada «história intelectual». Mais concretamente, quase nada tem vindo a lume sobre a história dos estudos literários compreendida no seu trajecto recente, que vai desde meados do século XIX até aos nossos dias. E é pena porque na fase em que nos encontramos (eufemisticamente designada por «crítica») esses trabalhos revelar-se-iam de grande interesse: não só porque ajudariam a explicar os marcos principais de um percurso rico em implicações cívicas e em incidências pessoais, mas ainda e, sobretudo, porque esse balanço ajudaria a definir melhor e mais certamente os caminhos a seguir¹.

De resto, nenhum preconceito justifica já a ocultação de um axioma básico: o investigador não trabalha independentemente das circunstâncias que o envolvem. Não desenvolve a sua actividade à margem da sua própria idiosincrasia, desde logo: é mais ou menos obstinado, gosta de criar ou

¹ Isso mesmo tive eu oportunidade de comprovar, há bem pouco tempo, quando me decidi a organizar um número monográfico de uma revista dedicada a Camões (*Santa Barbara Portuguese Studies*, VII, 2003). Ocorreu-me, na circunstância, que, para além dos estudos convencionais e indispensáveis, seria interessante solicitar a alguns camonistas consagrados um depoimento em jeito de autobiografia intelectual, sinalizando motivos que conduziram a escolhas, influências principais, etc. Formulei essa mesma proposta junto de sete camonistas mas só três acabariam por responder positivamente. Para justificar a sua recusa, os outros invocaram questões de pudor, o perigo do melindre (particularmente activo no mundo académico, mesmo quando se trata de defuntos). Disseram-me ainda alguns que não achavam que esse tipo de testemunho pudesse ter verdadeiro interesse «científico». No panorama português, tem de considerar-se como notável excepção a *Correspondência* entre António José Saraiva e Óscar Lopes, abundantíssima em informação que respeita não apenas aos protagonistas dessa mesma correspondência mas também a vastos sectores da «intelligentsia» portuguesa do século XX.

prefere recriar o pensamento instituído, prefere desafios fortes ou opta pela discrição, etc.; acima de tudo, o pesquisador universitário não trabalha fora das cumplididades, dos constrangimentos e dos antagonismos que cria ou dos quais é vítima (sendo que, como bem sabemos, uns e outros são inevitáveis no ambiente académico). E se isso é um dado adquirido para os protagonistas do chamado «conhecimento empírico», o dito axioma revela-se porventura ainda mais activo nos domínios que cultivamos. Como muito bem sabemos, nas Humanidades as escolhas do investigador são menos ditadas pelo estado objectivo da ciência do que por um conjunto de factores imponderáveis onde entram relações pessoais, necessidades de afirmação ou mesmo alguma identificação com os autores e as matérias estudadas².

Neste quadro de inibição generalizada que estranhamente persiste entre nós, o livro que J. V. de Pina Martins recentemente consagrou a Bernardim Ribeiro (*História de Menina e Moça*. Reprodução fac-similada da edição de Ferrara, 1554, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002) revela-se precioso. Trata-se, em si mesmo, de um notável empreendimento filológico, desdobrado em duas vertentes principais, sendo a primeira constituída pela reprodução fac-similada da primeira edição da novela de Bernardim Ribeiro e a segunda (não anunciada na capa) por um estudo introdutório de 240 páginas, acrescido de Documentação Iconográfica e de uma Nota Bibliográfica, integrando esta 358 títulos, entre espécies activas e passivas, naquela que passa a ser a única bibliografia bernardiniana digna desse nome, elencada e comentada.

Como se isto não fosse suficiente, o livro inclui ainda um terceiro motivo de interesse, porventura menos visível. É que, de facto, desde as primeiras páginas, encontramos também o retrato de um filólogo. Um retrato raro, diga-se, porque, como bem sabemos, um pouco à semelhança do que sucedia com os artistas anteriores ao Renascimento, na sua modéstia, os verdadeiros filólogos só se manifestam por anamorfose, ocultando quase sempre o seu rosto e a sua circunstância. Para mais, trata-se, neste caso, do retrato de um filólogo enquanto jovem e enquanto menos jovem, passando de tons sépia a cores vivas, uma vez que as páginas iniciais não cessam de se repercutir ao longo de todo o volume. À primeira vista, a fotografia pode assim parecer-nos emoldurada por um ambiente académico já esvaído na experiência e na memória de quase todos. Mas é pura ilusão: tem muito que ver connosco e

² Refiro-me, a este propósito, a um livro intitulado *Éloge de la variante. Histoire critique de la philologie* e ao vasto trabalho de Pascal Hummel intitulado *Histoire de l'histoire de la philologie. Étude d'un genre épistémologique*, infelizmente sem referências ao espaço ibérico; lembro, por fim, o indispensável livro de H. U. Gumbrecht com o título *The Powers of Philology*. No que respeita a Espanha, deve mencionar-se o também recente estudo de J.-C. Mainer, intitulado *La filología en el purgatorio*. Para o caso português, para além de alguns contributos dispersos, cumpre assinalar o incontornável livro de C. M. Ferreira da Cunha, *A construção do discurso da história literária* e ainda o marcante estudo de Vítor Aguiar e Silva «Sobre o regresso à Filologia».

com a Universidade dos nossos dias a imagem que de si próprio nos dá neste livro o Professor Pina Martins.

A história é evocada logo a abrir e transporta-nos para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no ano de 1947: um jovem está prestes a terminar a sua Licenciatura em Filologia Românica e, ao contrário do que era costume, não aceita a sugestão que o Mestre lhe dá para tema de tese. Queria esse Professor que o jovem se dedicasse a Bernardim Ribeiro. A orientação inicial terá sido escassa (como era norma naquela época) e a natureza e amplitude dos problemas com que o investigador se deparou acabaram por levá-lo a abandonar a ideia. Ainda tentou contrapor um outro foco de interesse: «Miséria e Grandeza do Homem em *Pensées* (de Pascal)»³ mas, para efeitos de tese, a relação entre o Professor e o discípulo não mais viria a reconstituir-se.

Passaram muitos anos e não se esperava que a proposta do Mestre coimbrão pudesse alguma vez vir a germinar e a dar frutos. A surpresa foi completa para quase todos. O trabalho que poderia (?) ter vindo a lume por meados do século XX acabou afinal por surgir 55 anos depois. Só as mais de cinco décadas que entretanto decorreram tiveram o condão de fazer desvanecer os receios do jovem investigador, que então justificara a não-aceitação do tema desta forma frontal e honesta:

Os problemas relativos à novela de Bernardim Ribeiro são tantos e de tal monta que me vi forçado a desistir. Seriam precisos muitos, muitos anos para tentar resolvê-los⁴.

O livro que entretanto viu a luz do dia apresenta todos os requisitos que são exigíveis a uma tese de qualquer grau, na Universidade daquele tempo (e de qualquer outro tempo), e, pelas posições que discute e sustenta, merece, em si mesmo, uma apreciação crítica. É esse, de resto, o destino natural das teses universitárias: a discussão e a incorporação na continuidade do saber validado. Mas não é esse hoje o meu objectivo principal. Sem prejuízo de, aqui e ali, poder também entrar nessa matéria (terei mesmo de o fazer em algumas ocasiões), o que agora pretendo é, sobretudo, tentar aceder ao *ethos* do investigador que realizou este trabalho. Na verdade, remontando àquele

³ Repare-se, a este propósito, que a orientação implícita no próprio título (que havia sido despertado no estudante por uma leitura recente) indicia, desde logo, as relações entre Literatura e Filosofia, anunciando um dos pilares mais constantes do que viria a ser a obra crítica de Pina Martins. Do mesmo modo que, em tempo de rigorosa (e nem sempre pacífica) demarcação institucional dos saberes humanísticos, se pode compreender a desconfiança com que a contraproposta do licenciando terá sido recebida. É que, para além da numerosíssima Bibliografia que haveria a desbravar, Blaise Pascal não deixava de se afastar do cânone propriamente literário, caindo na órbita do ensaísmo filosófico. De resto, Pina Martins teria chegado a pensar em Descartes; e só o demoveu o facto de antever, desde logo, uma recusa frontal (tratava-se de autor «mais da área do Doutor Joaquim de Carvalho»).

⁴ *História de Menina e Moça*, p. 8.

ano longínquo de 1947, a tese em apreço (chamemos-lhe assim, sem querer com isso reduzir nenhuma das suas múltiplas dimensões) tem o mérito intrínseco de constituir pedra-chave nos estudos bernardinianos; mas, para além disso, revela, com invulgar nitidez, as marcas do ofício do filólogo que a construiu. Ora, é sobretudo acerca deste último aspecto que hoje quero reflectir. Até porque, como muito bem sabemos, esse tipo de oficina se converteu entretanto em local muito difícil de encontrar.

1. A primeira vertente que quero destacar prende-se com a atitude assumida pelo investigador face ao tema. De facto, vamos hoje estando muito habituados às justificações mais ou menos longas acerca da pertinência dos trabalhos académicos. No domínio dos estudos literários, é raro o doutorando que, na Introdução da sua tese ou no Prólogo das provas públicas, não sente necessidade de se justificar quando escolhe um determinado assunto, na suposição de que a pesquisa (toda e qualquer pesquisa) requer uma marca de oportunidade externa quando não uma cobertura social e cívica⁵. Ora, por muito que isso possa surpreender-nos, não era assim no «tempo dos filólogos». Em 1947, não se questionava a pertinência de um estudo sobre Bernardim. Só assim se compreende, de resto, que Pina Martins tenha acalentado dentro de si um projecto de investigação ao longo de tantos anos e o tenha agora exposto e revelado, sem nenhuma explicação legitimadora. Atrevo-me até a supor que a questão não lhe passou pela cabeça, tão óbvio lhe há-de ter parecido o interesse de aclarar o estado de uma das mais controversas questões que assinalam a história literária nacional. Isto não significa ausência de justificação e de móbil; pelo contrário, um e outro existem mas são de natureza intrínseca: trata-se simplesmente de colmatar uma lacuna de conhecimento que o estudioso se sente habilitado a preencher. Aliás, o móbil tinha sido logo aduzido por Costa Pimpão, em 1947 e, em si mesmo, não mereceu nenhum tipo de contestação por parte do jovem licenciando. Na altura, a recusa de Pina Martins ficara apenas a dever-se aos escrúpulos do investigador, que, tendo-se informado sobre a quantidade de incógnitas que subsistia acerca do assunto, concluiu não poder corresponder ao desafio que lhe havia sido lançado. Naqueles tempos já longínquos, o que estava em causa era a construção de uma história da literatura nacional, causal e sem hiatos⁶. A esse nível, Bernardim ocupava papel importante, figurando

⁵ Este mesmo critério foi entretanto sobrevalorizado pela generalidade dos organismos (oficiais e particulares) que em Portugal apoiam a investigação em ciências humanas, ameaçando converter-se, a breve trecho, na principal orientação avaliativa da actividade universitária no seu todo, independentemente das áreas em apreço. Nesse sentido se podem pelo menos interpretar várias declarações dos responsáveis da tutela, que clamam pela utilidade prática do saber construído, seguindo de perto e sem nenhum tipo de ressalva o caminho das agências de acreditação da investigação e da docência do mundo anglo-saxónico.

⁶ Sobre o processo de construção da história literária nacional é indispensável a consulta do livro de Carlos Ferreira da Cunha (em especial, o cap. V).

desde logo na constelação central do «grande século» XVI como complemento emocional do austero Sá de Miranda, como precursor do fatalismo camoniano e como síntese da afectividade lusitana, que, remontando supostamente às cantigas de amigo, se projectaria depois no Romantismo e no Saudosismo. Nessa medida se pode dizer que o tema sugerido a Pina Martins era de «mão cheia», prometendo desde logo a quem dele viesse a ocupar-se lugar de relevo na investigação literária portuguesa.

Hoje, como bem sabemos, não se escolhe nem se aceita (muito menos se impõe) um tema de tese com esta facilidade. A ponto de talvez poder dizer-se que reside aí uma das razões que mais afasta os jovens investigadores do contacto com textos anteriores ao século XIX. No espírito de quem pensa num assunto para investigação (e pensa sempre nele para uns anos) não pode deixar de estar o problema da relevância desse mesmo tema. E não falo apenas da relevância social; falo também daquela que é reconhecida pela própria comunidade académica que, como bem sabemos, se encontra cada vez mais pressionada pelas expectativas e interesses da chamada sociedade civil.

Dir-se-ia que, sob esse ponto de vista, os investigadores de hoje não se distinguem dos seus colegas de há 50 anos. A diferença consiste, tão-só, no facto de os mecanismos de reconhecimento, que antes eram auto-regulados, se encontrarem hoje cada vez mais dependentes de factores externos ao mundo académico. De resto, por meados do século XX, tudo o que dissesse respeito ao «grande século» detinha, à partida, uma enorme importância identitária. Nas circunstâncias actuais (tão diferentes em tanta coisa e também no que toca à cotação das referências patrimoniais), não devemos levar a mal a um jovem que, sentindo-se desafiado para uma empresa congénere, pergunte: «porque hei-de eu dedicar anos da minha vida a estudar um texto do século XVI?». De tal forma eram claros os focos de interesse e de pertinência para o investigador que bem se pode dizer que a pergunta não se colocava de todo. Hoje que esses mesmos focos são objecto contínuo de reformulação, a pergunta existe e a resposta está longe de ser fácil.

2. Uma outra marca do filólogo patente neste livro é a própria natureza e ordenamento do trabalho apresentado. Não é decerto por acaso que a parte mais extensa do volume é ocupada pelo texto de Bernardim: o da *editio princeps* (reproduzido em fac-símile, a partir do exemplar da Biblioteca Nacional) e proposto para base de uma futura edição crítica, em detrimento do «manuscrito Asensio» (agora designado por «manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa», que o recebeu em doação do próprio Pina Martins)⁷. O resto do volume é preenchido com um estudo abrangente que esclarece o

⁷ De acordo com Pina Martins, a edição de Ferrara representa «a tradição textual de um manuscrito desaparecido (anterior ao manuscrito BNL) susceptível de possuir uma conexão directa ao autógrafa, visto poder remontar, por intermédio de Alonso Nuñez Reinoso, ao convívio do próprio Bernardim» (p. 233).

texto em múltiplas vertentes embora sem se sobrepor a ele. Pode este tipo de doseamento passar despercebido, mas parece-me que a combinação entre a obra, considerada na sua fisicidade, e o estudo que a precede constitui, em si mesma, um sinal característico das preocupações do filólogo, que se prolonga pelo menos desde os editores, tradutores e comentadores que na Academia quatrocentista de Florença se ocupavam em editar e comentar textos gregos e latinos. Assim viria a ser também mais tarde, na grande Filologia universitária europeia de Oitocentos, quando se entendia que a tarefa suprema do filólogo consistia em dar textos importantes a ler, em condições de segurança e fiabilidade. Desempenhando bem essa tarefa, o investigador tinha a garantia de uma gratificação cívica, ao mesmo tempo que cultivava a crença humanista no valor iluminador e resgatante dos «grandes livros».

Para que o empreendimento fique completo, continua a faltar a edição crítica, a partir da qual se fariam então as edições comentadas para uso comum. Mas dir-se-ia que, com este contributo, o caminho a percorrer até esse Graal se tornou bem mais curto e desbravado⁸.

3. Uma outra peça obrigatória em qualquer empreendimento filológico é a revisão bibliográfica. A ideia de que para se escrever sobre um determinado assunto se torna imprescindível conhecer o que sobre esse mesmo assunto se escreveu antes não resulta apenas de um imperativo ético; decorre também de uma atitude liminarmente positivista segundo a qual o investigador deve ser original, não podendo deixar de acrescentar alguma coisa ao que já se sabe.

Para tanto, impõe-se cumprir um itinerário bem delimitado: é necessário, em primeiro lugar, identificar aquilo que realmente se apurou, coligando os diferentes contributos carreados ao longo dos anos. No plano da investigação filológica, essa tarefa primordial pressupõe um importante esforço de destrição entre o que é consistente e o que não é. E implica também a escolha de um filão, ou, se se quiser, envolve o apuramento de uma genealogia dos novos resultados a propor.

Embora nesta fase esteja apenas em causa o levantamento da informação disponível, o tom que preside a esse mesmo levantamento revela-se, desde logo, de grande importância. Para além do apreço que se declara em relação a alguns investigadores, o filólogo aproveita para sinalizar o seu distanciamento em relação a outros; pode simplesmente não lhes dar relevo, significando nessa atitude um juízo menos favorável quanto ao seu peso real na construção do conhecimento adquirido. Mas pode também tornar clara a sua discordância. Ganha assim sentido uma outra imagem

⁸ Tendo plena consciência disso mesmo, Pina Martins chega a indigitar dois investigadores especialmente qualificados para levar o projecto por diante: Herculano de Carvalho, autor de uma edição antológica (entretanto falecido), e Aníbal Pinto de Castro. Este último teve já inclusivamente ocasião de explicitar as normas a seguir no processo de fixação textual (ver «Uma edição crítica de *Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro»).

que a Filologia parece ter tomado de empréstimo à convivialidade aristocrática (e depois burguesa): refiro-me ao tópico da «luva branca» com que era necessário assestar a «bordoadá» nos antagonistas. Tantas vezes ouvi eu próprio a expressão a filólogos de diferentes gerações e quadrantes geográficos, significando a hostilidade cortês com que os contendores se mimo-seavam uns aos outros! Todos nos lembramos inclusivamente do tom vivo com que antigamente decorriam as polémicas entre filólogos (por sinal, a figura e a obra de Bernardim Ribeiro inspiraram algumas bem acesas⁹); e também todos conhecemos exemplos de universitários que, num determinado momento, quase chegavam a pôr de parte a dita luva, enveredando por um tom declaradamente acerado ou acrimonioso. Hoje, já se sabe, as águas mornas prevalecem nos estudos literários, em geral, a indiciar sobretudo falta de convicções¹⁰.

Ora, Pina Martins, sabemos-lo todos muito bem, não é um estudioso de águas mornas. Identifica claramente as posições com que não concorda e empenha-se porfiadamente em desmontar os seus fundamentos. E são muitos os críticos que aqui são objecto de adjectivação menos macia¹¹. Todos nos lembramos, a este propósito, da pertinácia com que defendeu (e defende) a não aplicabilidade do conceito periodológico de «Maneirismo» à Literatura Portuguesa da segunda metade do século XVI (e em particular a Camões), contrariando as posições sustentadas por Sena e Aguiar e Silva, por volta de 1970¹². Não surpreende, por isso, que aqui tenhamos reencontrado a mesma firmeza na contestação à tese do judaísmo que Hélder Macedo desenvolveu poucos anos depois, a partir de uma intuição de Teixeira Rego (datada de 1931). Como não surpreende o tom da sua reacção contra a tese de António Salgado Júnior que, no plano temático e formal, aproximava a *História de Menina e Moça* do *Decameron*, de Boccaccio; não surpreende ainda que contra-

⁹ Eu próprio tive já ensejo de me referir a algumas dessas polémicas em estudo intitulado «A construção da história da literatura e a dinâmica do cânone literário escolar: o caso de Bernardim Ribeiro».

¹⁰ Em alguns casos, essa atitude será de natureza essencialmente filológica, tratando-se, tão-só, de situar o trabalho em apreço em termos de actualização. Outros, sendo ou não filólogos, terão uma desculpa igualmente atendível: a de serem humanos, revelando-se, nessa medida, permeáveis às pequenas susceptibilidades do narcisismo.

¹¹ Tendo-se provavelmente dado conta disso mesmo, o nosso crítico sentiu necessidade de encerrar desta forma as suas palavras prologais: «Em mais do que um capítulo desta dissertação introdutória tive de discordar das interpretações e juízos críticos formulados por talentosos investigadores, alguns dos quais já desaparecidos, mas outros ainda trabalhando na actividade docente e na pesquisa científica. É óbvio que a minha discordância e os meus reparos em nada afectam o apreço intelectual e a sincera estima pessoal que lhes dedico» (p. 11).

¹² Neste caso, mesmo sem ter adversário, Pina Martins não resiste a exhibir armas já provadas noutras pugnas: «Felizmente ainda não apareceu nenhum leitor ou doutor universitário a reivindicar o “maneirismo” da *História de Menina e Moça* pelo amor e melancolia da sua escrita: mas já houve quem reivindicasse gratuitamente para este texto admirável uma génese criptojudáica oculta» (p. 31).

dite vigorosamente todos aqueles que aproximam central ou lateralmente a novela bernardiniana da lírica galego-portuguesa, da novela de cavalaria ou do puro registo bucólico.

Uma vez identificada a tese adversária, cabe ao filólogo construir a sua própria tese, em registo de alternativa conclusiva. É esse o desafio de Pina Martins neste livro. Não se trata, por conseguinte, de matizar uma posição já estabelecida; trata-se, outrossim, de substituir uma tese por outra, completa e radicalmente. Neste caso, o desígnio é bem claro: inscrever a *História de Menina e Moça* num género e num período bem delimitados – a novela sentimental e o Renascimento¹³.

Para alcançar esse desiderato, o filólogo tem de parecer convincente. Uma das estratégias a que mais frequentemente recorre é a vastidão do quadro de análise. Ou seja, depois de identificar o adversário, o filólogo atrai-o para um vasto campo, onde supostamente estará mais à vontade e onde lhe será mais fácil fazer vingar as suas opiniões. No caso vertente, Pina Martins convoca abundantes elementos de comparatismo, procedendo a um cuidadoso e desenvolvido cotejo entre a novela de Bernardim e as novelas sentimentais escritas em castelhano e em italiano. Para tal, recorre aos melhores conhecedores do género no plano internacional (com destaque para Keith Whinnom), convalidando posições já alvitadas por Erasmo Buceta, Herculano de Carvalho, Malaca Casteleiro, Alves Osório, Carrasco Gonzalez e, sobretudo, por Eugenio Asensio¹⁴; compara o texto ferrariano de Bernardim com a *Consolação às Tribulações de Israel*, para concluir não o que os adeptos da tese judaizante vêm proclamando mas o seu contrário: que tudo aponta para a fidelidade dos Usque ao sentido estético e doutrinário do cristão que teria sido Bernardim Ribeiro. A este propósito, apoia-se muito num facto concreto: a palavra «Deus» é usada em Bernardim amiúde (21 vezes) mas sempre no sentido católico, enquanto no texto da *Consolação* a mesma palavra surge menos vezes e sistematicamente em sentido idólatrico, para designar deidades pagãs, sendo o Deus bíblico designado por outros nomes – «Dio», «Senhor», «Altíssimo», etc.

Tratando-se de Bernardim (autor a quem até ao momento, por sinal, não tinha dedicado uma atenção particular), Pina Martins vai ainda utilizar um trunfo natural que tem ao seu alcance. Refiro-me aos conhecimentos profundos que possui e em boa parte construiu solitariamente acerca da vida e da obra mirandina. Não surpreende, assim, que um dos argumentos a que mais recorre para infirmar a tese judaizante de Macedo seja a cumpli-

¹³ Seguindo os bons costumes universitários, a tese defendida por Pina Martins neste livro encontra-se cristalinamente desdobrada nas 9 conclusões que figuram nas pp. 231-34.

¹⁴ Em boa verdade, Eugenio Asensio aparece, na prática, como instigador directo ou, se quisermos, surge como orientador informal deste trabalho (pelo menos tanto quanto um «orientador» é sobretudo um interlocutor privilegiado).

cidade provada entre o autor de *Menina e Moça* e o insuspeitadamente católico poeta do Neiva. Este tipo de aproximação vai a tal ponto que bem se pode dizer que, embora incidindo centralmente sobre Bernardim Ribeiro, este é também mais um livro que Pina Martins dedica ao seu Doutor Francisco de Sá de Miranda.

A força destas teses vem das «chamadas» provas aduzidas pelo seu autor. Mas vem também muito, como seria de esperar, da espreitada fraqueza das posições contrárias. A debilidade dessas posições só pode advir da falta de fundamentação positiva. Assim se entende que ao longo do livro nada seja mais atacado do que o ensaísmo¹⁵. Logo na p. 31 se declara taxativamente:

Uma das razões determinantes dos desvios críticos da exegese da *História da Menina e Moça* provém do amadorismo ensaístico que se introduziu no magistério universitário português.

Neste mesmo registo de reprovação se integram A. Salgado Júnior («estudioso diletante, ainda que talentoso», p. 142) e, sobretudo, Hélder Macedo, cujas teses Pina Martins não cessa de desmerecer. Mas não são apenas eles que são objecto de crítica: Fernando Gil (p. 185), que emparelha com Macedo em *Viagens do Olhar* (Luís de Sousa Rebelo, o terceiro autor do volume, é poupado), Gaspar Simões (p. 184), um tal Patrocínio Ribeiro («jactancioso e pretensioso», p. 180); todos estes e muitos mais enfermam do mesmo mal: cultivam o terrível «ensaísmo», o mesmo é dizer, incorrem em suposições infundamentadas, contrárias à «ciência»¹⁶.

E chegamos, enfim, à palavra axial do discurso de Pina Martins: são inúmeras as vezes em que esse mesmo vocábulo surge (em estado substantivado, adjectivado ou adverbial). Ora, nada parece mais puramente filológico do que esta crença numa ciência dedutiva, feita de provas concludentes e definitivas. Nessa linha de referência positiva se confere lugar cimeiro a D. Carolina. À D. Carolina editora de Sá de Miranda, sobretudo. Porque,

¹⁵ O próprio Doutor Pimpão, confrontado com a contra-proposta de tese centrada em *Pensées*, terá tido uma reacção em tudo consonante com a do próprio Pina Martins. É o próprio que lembra a cena da reacção do professor de Coimbra ao anúncio do novo tema: «Em gesto de me despedir, disse-me com o dedo em riste: “Nada de especulações teóricas, como os ensaios que publica em semanários culturais de Lisboa. Quero uma investigação sólida e documentada”» (p. 9).

¹⁶ De acordo com Pina Martins, os males do magistério universitário não se ficam pelo ensaísmo. Abrangem também o excesso de teoria, por exemplo. A certa altura e a propósito da comparação entre o texto de Bernardim e as novelas de Diego de San Pedro nota uma determinada similitude no processo de construção da frase, para logo criticar os «neotéricos» nos seguintes termos: «Alguns leitores, dados a teorias novas, teriam decerto preferido a redacção “coincidências de composição sintagmática” a “coincidências de composição frásica”. O termo “sintagma” é já muito antigo, embora Saussure lhe tenha atribuído o valor conotativo que na Linguística moderna lhe atribuem os neotéricos ainda que não raro se blasonem de uma modernidade bem pouco moderna por ser já velha de séculos» (p. 131).

enquanto prefaciadora de Bernardim, a mesma estudiosa não conseguiu escapar à crítica vigilante do nosso filólogo. É-lhe designadamente censurado que tivesse embarcado com tanta facilidade na tese da loucura do autor, ingenuamente deduzida a partir do célebre documento 8¹⁷; o próprio Eugenio Asensio incorre em pecado subcientífico, na medida em que, tendo-se deixado inebriar pelo seu manuscrito, desvalorizou a lição de Ferrara por via das emendas que os Usque teriam nela supostamente perpetrado¹⁸.

Chegados a este ponto de remate, e pesem embora todos os esforços empreendidos pelo filólogo, tem de reconhecer-se que nem tudo fica esclarecido. Pode perguntar-se, desde logo, até que ponto a pertença do texto a um determinado género (novela sentimental), para além de tornar visível a sua identidade literária, constitui argumento decisivo a favor ou contra uma qualquer ortodoxia doutrinária; do mesmo modo que continua a ser difícil de explicar o facto de os Usque terem editado um texto acomodadamente católico, eles que através da sua actividade editorial cultivaram um programa religioso de extracção judaica¹⁹; por fim, pode pôr-se em dúvida se a amizade entre Bernardim e Sá de Miranda é suficiente para invalidar pelo menos o criptojudaísmo²⁰ do primeiro (não existem, à época, outros exemplos de tolerância e de amizade entre intelectuais católicos e judeus?)²¹.

As perguntas em que mais quero insistir, porém, vão hoje noutro sentido: pode ainda sustentar-se uma Filologia deste tipo? Pode sonhar-se com a recuperação de uma outra Filologia qualquer? Em caso afirmativo, que papel lhe

¹⁷ Com efeito, depois de transcrever do prefácio de 1923 a adesão de D. Carolina à tese da loucura de Bernardim, escreve Pina Martins sem misericórdia: «É difícil escrever mais inexactidões do que estas em tão poucas linhas, com a certeza de uma verdade (objectivamente errónea) avalizada pela autoridade de uma grande filóloga» (p. 37).

¹⁸ Ainda em pecado subcientífico incorreram o inevitável Teófilo Braga, Delfim Guimarães e, imagine-se, o probo Alexandre Herculano que, apenas por ter suscitado da veracidade da paixão de Bernardim pela infanta D. Beatriz, merece de Pina Martins este comentário: «Sancta simplicitas! E passa por ser um grande historiador!» (p. 153).

¹⁹ Novos e importantes documentos para o esclarecimento da actividade e das motivações culturais e doutrinárias dos círculos judaizantes portugueses em Itália (designados por «frente avançada de um movimento humanista judaico-português») foram recentemente aduzidas por A. M. Lopes de Andrade («Os senhores do desterro de Portugal»).

²⁰ Em trabalho acabado de publicar, A. C. Franco propende para o criptojudaísmo de Bernardim. Em sua opinião, este conceito distinguir-se-ia do judaísmo exactamente pela sua heterodoxia, sendo caracterizado por «hibridismos e sincretismos culturais que o tornam irreconhecível ou pelo menos distorcido à luz da ortodoxia judaica» (*O essencial sobre Bernardim Ribeiro*, p. 5).

²¹ Em reacção às posições de Pina Martins, H. P. Salomon desvaloriza o argumento do uso da palavra «Deus» (em lugar do supostamente judaizante «Dio» ou «Deo»), alegando que os judeus espanhóis e portugueses, ao falarem com cristãos e até entre eles, empregavam sem escrúpulos a palavra «Dios», para designar o Criador («O que tem de judaico a *Menina e Moça?*»).

estaria destinado no quadro actual das Humanidades e da nova correlação de saberes que entretanto se instituiu na Academia?²²

Ora, se as reservas de conteúdo que aduzi em primeiro lugar reconduzem inevitavelmente a um dos mais complexos e desafiadores enigmas da história da literatura nacional (o ainda irresolvido «enigma Bernardim Ribeiro»), as dúvidas que enumero em segundo lugar remetem, de perto, para a situação actual dos estudos literários em geral: para os seus fundamentos epistemológicos, para os seus objectivos institucionais e até para a sua viabilidade como campo disciplinar autónomo.

Uma coisa é certa: livros como os que Pina Martins publicou em 2004 não são hoje correntes nas nossas Universidades. A ponto de nos parecer que a voz do filólogo, escutada ao longo da leitura deste trabalho, parece ressoar já de muito longe. O mínimo que podemos fazer é escutá-la com atenção crítica e atitude de ajustamento. Há, desde logo, alguns aspectos de fundo que muito importa considerar: como bem sabemos, a concepção de «ciência» sofreu uma profunda transformação nos últimos anos; a ponto de, no que toca às Humanidades, ter vindo a ser substituída por termos como «conhecimento» ou «saber». E é evidente que esta substituição não é só de carácter onomástico. O que está em causa é a ideia de que as ciências ditas sociais (há quem diga que também as outras) se inscrevem num quadro muito próprio, que prescreve a verdade provável, consentem a subjectividade e fazem mesmo dela energia de perscrutação. Nessa medida, o investigador destas matérias obriga-se à consciência humilde de que o conhecimento ou tudo o que podemos aclarar em nome dele é, para além de tudo, uma construção perspectivada e provisória.

Nos estudos literários, nomeadamente, dá-se hoje como certo que a oposição entre *ensaísmo* e *discurso científico*, tantas vezes glosada por Pina Martins com desprimor para o primeiro e apreço irriservado para o segundo, não pode ser mais vista num registo dicotómico. De tal modo que nem a vertente ensaística pode hoje ser estritamente identificada com o aventureirismo interpretativo nem a dita «ciência» pode hoje ser equiparada a uma actividade exercida por alguém imaculado, que deduza sem interpretar, imune a lapsos de substância ou a erros de perspectiva.

Não podemos, pois, aceitar hoje, sem reservas, alguns dos pressupostos reiteradamente defendidos por José Vitorino de Pina Martins, ao longo deste e de outros livros. Não podemos, inclusivamente, identificar-nos com algum do seu belicismo argumentativo, até porque isso representaria hoje uma sucessão infundável de corte de relações institucionais e pessoais. Mas atrevo-me a pensar que boa parte desses mesmos pressupostos se devem ler à

²² Em trabalho recente, que já evoquei, Aguiar e Silva (outro Mestre raro das Humanidades portuguesas) preconiza expressamente o advento de uma Filologia regenerada: «pós-imperial e liberta dos dogmas historicistas e positivistas».

conta de uma reacção perante a anomia que entretanto se instalou na nossa investigação universitária.

O que não podemos é deixar de reconhecer o seu raro exemplo de coerência. Nessa base lhe foi possível construir um saber que, embora não possa ser considerado como definitivo, tem que ser obrigatoriamente tido em conta por todos os estudiosos que queiram voltar a cavar no chão que ele acaba de revolver.

Em tempo de corrosão e cepticismo, não podemos sobretudo deixar de admirar profundamente a crença e os escrúpulos que em 1947 levaram um estudante de Coimbra a enjeitar a sugestão do Professor para, mais de cinco décadas depois, o conduzirem à concretização de um projecto que, afinal, nunca o abandonou. Foram e são, certamente, os escrúpulos e a crença de um filólogo, palavra que, no seu e nosso conceito etimológico e ético, quer ainda dizer «amigo da Língua» e amigo da Verdade possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO BERNARDES, José, «A construção da história da literatura e a dinâmica do cânone literário escolar: o caso de Bernardim Ribeiro», *Península*, 1, 2004, pp.131-148.
- CERQUIGLINI, Bernard, *Éloge de la Variante. Histoire Critique de la Philologie*, Paris: Seuil, 1989.
- CUNHA, Carlos Ferreira da, *A construção do discurso da história literária portuguesa do século XIX*, Braga: Centro de Estudos Humanísticos/Universidade do Minho, 2002.
- FRANCO, António Cândido, *O essencial sobre Bernardim Ribeiro*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich, *The Powers of Philology. Dynamics of Textual Scholarship*, Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2003.
- História de Menina e Moça*. Reprodução fac-similada da edição de Ferrara, 1554, prefácio de José V. de Pina Martins, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- HUMMEL, Pascal, *Histoire de l'histoire de la philologie. Étude d'un genre épistémologique et bibliographique*, Genève: Droz, 2000.
- LOPES DE ANDRADE, António Manuel, «Os senhores do desterro de Portugal: judeus portugueses em Veneza e Ferrara, em meados do século XVI», *Veredas. Revista da Associação Portuguesa de Lusitanistas*, 6, 2006, pp.65-108.
- Mainer, José-Carlos, *Filología en el purgatorio: los estudios literarios en torno a 1950*, Barcelona: Crítica, 2003.

PINTO DE CASTRO, Aníbal, «Uma edição crítica de *Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro: problemas e soluções», *Critique textuelle portugaise. Actes du Colloque de Paris, 20-24 Octobre 1981*, Paris: Centro Cultural Português, 1986, pp. 163-178.

SALOMON, Herman Print, «O que tem de judaico a *Menina e Moça*?», *Cadernos Sefarditas*, 4, 2004, pp. 185-223.

Santa Barbara Portuguese Studies, 7, 2003.

SARAIVA, António José, LOPES, Óscar, *Correspondência*, edição, prefácio e notas de Maria Leonor Curado Neves, Lisboa: Gradiva, 2004.

SILVA, Vítor M. de Aguiar e, «Sobre o regresso à Filologia», *Gramática e Humanismo*. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres, org. Miguel Gonçalves, Augusto Soares da Silva, Jorge Coutinho, José Cândido Martins, Maria José Ferreira Braga: Faculdade de Filosofia, 2005, vol. I, pp. 83-92.